

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense (“Companhia”) é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA sob as siglas “CTSA3” e “CTSA4” e é sediada em Montes Claros, MG. A Companhia e sua controlada têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de novembro de 2015.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB” bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2015.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional da sua controlada a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(c) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(d) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(e) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(f) Investimento--O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela controlada na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(g) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(h) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (PCHs)	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	10 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(i) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os

ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(j) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do período.

(k) Imóveis destinados à venda--São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(l) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(m) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(n) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(o) Lucro básico e diluído por ação--O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(p) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(q) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não

mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(r) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações contábeis intermediárias da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 30 de setembro de 2015, R\$0,4217 (R\$0,3106 em 31 de dezembro de 2014) e pela média mensal para as contas de resultado.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2015. Esses novos pronunciamentos não geraram efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2010–2012 (*)	Alterações em diversas normas.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2011–2013 (*)	Alterações em diversas normas.
Alterações à norma IAS 19 – Planos de benefício definido: contribuições dos empregados e Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06 do CPC (Deliberação CVM nº 728/14) (*)	Alteram os requerimentos para o reconhecimento das contribuições feitas pelos empregados ou terceiros que estão vinculadas aos serviços.

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2015. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*)	IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
Agricultura: Ativos Biológicos de Produção – Alterações às normas IAS 16 e 41 (emitidas em 30 de junho de 2014) (*)	Alterações nas orientações para contabilização dos ativos biológicos de produção (bearer) que passam a ser incluídos no escopo da norma IAS 16 ao invés da norma IAS 41, em função da determinação pelo IASB de que “eles devem ser contabilizados da mesma forma que o imobilizado”.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitida em 28 de maio de 2014) (*)	A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações contábeis intermediárias.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
Alterações às normas IAS 16 e 38 – esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis para depreciação e amortização (emitidas em 12 de maio de 2014) (*)	As alterações esclarecem que a determinação da depreciação e amortização com base nas receitas geradas pelas atividades que incluem o uso dos ativos não é apropriada, exceto em circunstâncias limitadas para os ativos intangíveis.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Alterações à norma IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (emitidas em 6 de maio de 2014) (*)	As alterações estabelecem que os princípios relevantes da norma IFRS 3 devem ser aplicados para a contabilização de aquisição de participações em operações em conjunto que constituem-se em um negócio.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios (emitida em 30 de janeiro de 2014) (*)	A norma permite que as entidades que adotarem as IFRSs pela primeira vez continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com as práticas contábeis anteriores à adoção, tanto na adoção inicial quanto em períodos subsequentes.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 (*)	Alterações em diversas normas.	Aplicáveis a exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto — alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitidas em 11 de setembro de 2014) (*)	Alterações às normas IAS 28 e IFRS 10 para resolver uma inconsistência entre as orientações da IFRS 10 e da IAS 28 sobre a “venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto”. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer um ganho ou uma perda integralmente “quando uma transação envolver um negócio” e parcialmente “quando uma transação envolver um ativo que não constitua um negócio”.	Aplicáveis prospectivamente para as vendas ou contribuições de ativos ocorridas em exercícios ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção à Consolidação – alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 (emitidas em 18 de dezembro de 2014) (*)	Alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 para confirmar que (1) a dispensa de apresentar demonstrações contábeis intermediárias consolidadas está disponível para controladas de entidades de investimento mesmo quando a entidade de investimento mensura todas as suas controladas ao valor justo; (2) as controladas que prestam serviços relacionados às atividades de investimento da controladora não devem ser consolidadas se a controlada for também uma entidade de investimento; (3) coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias de investidora que não seja entidade de investimento poderão manter a mensuração ao valor justo em suas controladas quando qualificarem-se como entidades de investimento; e (4) entidades de investimento que mensuram suas investidas ao valor justo deve divulgar as informações requeridas pela norma IFRS 12.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.
--	---	--

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Depósitos bancários	3.492	5.716	3.494	5.757
Depósitos no exterior	-	-	15	12
Cambiais a liquidar	4.361	1.969	4.361	1.969
	-----	-----	-----	-----
	7.853	7.685	7.870	7.738
	=====	=====	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora e consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Cientes no mercado interno	92.564	105.394
Cientes no mercado externo	17.689	14.338
	-----	-----
	110.253	119.732
Provisão para devedores duvidosos	(12.106)	(11.729)
	-----	-----
	98.147	108.003
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 90 dias (86 dias em 31 de dezembro de 2014). O saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Saldo no início do período	(11.729)	(11.243)
Adições	(424)	(538)
Baixas	47	52
	-----	-----
Saldo no final do período	(12.106)	(11.729)
	=====	=====

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 3.300 clientes ativos em 30 de setembro de 2015 e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita de vendas ou das contas a receber.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2015.

A Companhia não identificou necessidade de ajustar a valor presente o saldo das duplicatas a receber.

5. ESTOQUES

	Controladora e consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Matérias-primas e secundários	25.262	28.478
Produtos em elaboração	25.985	25.062
Produtos acabados	32.357	25.340
Peças de reposição	22.987	22.217
	-----	-----
	106.591	101.097
	=====	=====

6. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Notas promissórias a receber (1)	9.183	11.606
Crédito por alienação de ativo imobilizado	-	15.889
Adiantamentos a funcionários	774	991
Outros	3.218	1.374
	-----	-----
	13.175	29.860
Parcelas de curto prazo	(7.064)	(8.262)
	-----	-----
Parcelas de longo prazo	6.111	21.598
	=====	=====

(1) Referem-se a 26 notas promissórias iguais no valor de R\$290 vencíveis a partir de junho de 2014. Sobre todas as parcelas incidem juros equivalentes aos Certificados de Depósitos Bancários – CDI e possuem garantia hipotecária.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri- mônio	Partici- pação	Resultado Do	Total do investimento		Equivalência patrimonial	
	líquido	- %	período	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	30.09.2014
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	3.719	100	1.718	3.719	5.551	1.718	344
Santanense Argentina S.A.	(94)	100	(37)	(94)	(37)	(37)	(27)
				-----	-----	-----	-----
				3.625	5.514	1.681	317
				=====	=====	=====	=====

8. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	Controladora e consolidado			
		30.09.2015			31.12.2014
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	1.440	-	1.440	1.440
Edifícios	2,4	54.423	(25.752)	28.671	27.978
Instalações	5,0	52.706	(34.749)	17.957	17.658
Equipamentos	6,3	180.134	(128.858)	51.276	50.849
Usina (CTS)	3,4	16.732	(8.297)	8.435	7.933
Móveis e utensílios	9,3	3.023	(1.871)	1.152	857
Veículos	20,0	1.313	(710)	603	719
Computadores e periféricos	20,0	5.516	(4.984)	532	615
Obras em andamento	-	44.409	-	44.409	49.414
Outros	-	494	-	494	507
		360.190	(205.221)	154.969	157.970
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	31.12.2014	Adições	Baixas	Transferên- cias	Variação cambial	30.09.2015
Terrenos e benfeitorias	1.440	-	-	-	-	1.440
Edifícios	52.838	-	-	1.585	-	54.423
Instalações	51.168	18	-	1.520	-	52.706
Equipamentos	176.613	485	(2.118)	5.154	-	180.134
Usina (CTS)	15.871	861	-	-	-	16.732
Móveis e utensílios	2.611	282	(6)	135	1	3.023
Veículos	1.235	68	-	-	10	1.313
Computadores e periféricos	5.457	66	(20)	12	1	5.516
Obras em andamento	49.414	3.408	(7)	(8.406)	-	44.409
Outros	507	-	(13)	-	-	494
	357.154	5.188	(2.164)	-	12	360.190
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	31.12.2014	Adições	Baixas	Varição Cambial	30.09.2015
Edifícios	(24.860)	(892)	-	-	(25.752)
Instalações	(33.510)	(1.239)	-	-	(34.749)
Equipamentos	(125.764)	(4.925)	1.831	-	(128.858)
Usina (CTS)	(7.938)	(359)	-	-	(8.297)
Móveis e utensílios	(1.754)	(120)	4	(1)	(1.871)
Veículos	(516)	(184)	-	(10)	(710)
Computadores e periféricos	(4.842)	(159)	18	(1)	(4.984)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(199.184)	(7.878)	1.853	(12)	(205.221)
	=====	=====	=====	=====	=====

9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Fornecedores no mercado interno	8.988	9.517	8.992	9.521
Fornecedores no mercado externo	1.162	92	1.251	156
Partes relacionadas	18.712	7.879	18.712	7.879
	-----	-----	-----	-----
	28.862	17.488	28.955	17.556
	=====	=====	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 34 dias (19 dias em 31 de dezembro 2014).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				30.09.2015	31.12.2014
Moeda estrangeira:					
Banco Santander	US\$	3,1 e 4,5	2015	23.927	22.052
				23.927	22.052
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2015	20.000	20.000
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	R\$	134,0 do CDI	2015	14.608	14.512
Banco do Brasil – Finame	R\$	2,5 a 5,5	2023	4.885	5.457
Banco Bradesco – Finame	R\$	4,5	2019	596	701
Banco Santander – Finame	R\$	3,5	2015	-	15.889
Banco Votorantim – Finame	R\$	3,5	2019	2.173	2.693
Banco do Brasil – BNDES Progerem	R\$	TJLP + 3,0	2015	-	6.827
Banco Bradesco – CCB	R\$	132,5 do CDI	2016	15.886	15.045
Banco Santander – CCB	R\$	123,5 do CDI	2016	5.325	7.593
Banco Santander – NCE	R\$	TJLP + 3,0	2017	14.606	14.604
Banco ABC S.A.	R\$	124,0 do CDI	2016	11.117	-
				89.196	103.321
Total				113.123	125.373
Circulante				(92.560)	(87.093)
Não circulante				20.563	38.280
				=====	=====

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$70.425 (R\$78.581 em 31 de dezembro de 2014).

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2015	2016		2017	2018 a 2023	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Moeda estrangeira:						
Banco Santander	23.927	-	-	-	-	23.927
	23.927	-	-	-	-	23.927
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	20.000	-	-	-	-	20.000
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	14.608	-	-	-	-	14.608
Banco do Brasil – Finame	204	592	197	789	3.103	4.885
Banco Bradesco – Finame	36	105	35	140	280	596
Banco Votorantim – Finame	166	488	163	651	705	2.173
Banco Bradesco – CCB	886	15.000	-	-	-	15.886
Banco Santander – CCB	2.828	2.497	-	-	-	5.325
Banco Santander – NCE	106	-	-	14.500	-	14.606
Banco ABC S.A.	3.705	7.412	-	-	-	11.117
	42.539	26.094	395	16.080	4.088	89.196
Total	66.466	26.094	395	16.080	4.088	113.123
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está representado como segue:

	<u>Nº de ações</u>
Ordinárias	38.041.111
Preferenciais:	
PN	1.256.792
PND	1.227

	39.299.130
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2014 e 30 de setembro de 2015.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe “D” não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o aumento do capital social de R\$125.000 para R\$150.000, mediante a capitalização de R\$25.000, da reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do período, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2015, foram aprovados dividendos no valor de R\$228, equivalentes à R\$0,005776 por ação ordinária e R\$0,006354 por ação preferencial e preferencial classe “D” em circulação, que foram disponibilizados a todos os acionistas com posição na data da assembleia.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de isenção de imposto de renda

A reserva de isenção de imposto de renda foi constituída com base na parcela do lucro líquido referente redução do imposto sobre a renda para a unidade fabril localizada na região da SUDENE.

12. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			
	A receber		A pagar	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	2.464	-	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	2.905	2.644
Coteminas S.A.	-	-	19	11
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	1.321	3.491
	-----	-----	-----	-----
Total controladora	2.464	-	4.245	6.146
	=====	=====	=====	=====
	Consolidado			
	A receber		A pagar	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	2.464	-	-	-
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	-	2.905	2.644
Coteminas S.A.	-	-	19	11
Coteminas Argentina S.A.	-	-	51	-
	-----	-----	-----	-----
Total consolidado	2.464	-	2.975	2.655
	=====	=====	=====	=====
	Encargos financeiros			
	30.09.2015	30.09.2014		
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS	99	(194)		
Oxford Com. e Partic. S.A.	(297)	(183)		
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	34		
Coteminas S.A.	(1)	35		
	-----	-----		
Total	(199)	(308)		
	=====	=====		

Os saldos referem-se a empréstimos com vencimentos de longo prazo, cujos encargos foram calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (115% a 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI). A Companhia paga comissão sobre aval de 1,3% a.a., para sua controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, não houve a referida comissão (R\$7 no mesmo período de 2014).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia adquiriu produtos intermediários da empresa do grupo, Coteminas S.A., no valor de R\$22.459 (R\$37.440 no mesmo período de 2014). As transações são efetuadas a preços de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

13. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

A unidade fabril de Montes Claros - MG está localizada na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

O incentivo fiscal federal da Companhia está programado para expirar em 31 de dezembro de 2015.

Esse incentivo é calculado a partir das vendas brutas e do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014	30.09.2015	30.09.2014
Resultado antes dos impostos	(18.562)	3.964	(18.462)	4.026
Resultado de equivalência patrimonial	(1.681)	(317)	-	-
Diferenças permanentes	(102)	252	(109)	251
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(20.345)	3.899	(18.571)	4.277
Alíquota de 34%	6.917	(1.326)	6.314	(1.454)
Resultado não tributado de controlada	-	-	-	(63)
Créditos fiscais não constituídos	-	-	503	-
Outras deduções líquidas	16	154	16	283
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	6.933	(1.172)	6.833	(1.234)
	=====	=====	=====	=====
Impostos correntes	-	341	(100)	279
Impostos diferidos	6.933	(1.513)	6.933	(1.513)
	=====	=====	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2014	Reconhe- cidos no resultado	Saldos em 30.09.2015
Ativo:			
Provisões dedutíveis somente quando realizadas:			
Provisões diversas	4.252	(147)	4.105
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.718	7.079	8.797
	-----	-----	-----
Ativo não circulante	5.970	6.932	12.902
	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	30.09.2015
2015	1.431
A partir de 2016	11.471

	12.902
	=====

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS(*)	17.136	14.374	17.136	14.374
PIS e COFINS a recuperar	536	683	536	683
Imposto sobre valor agregado – IVA	-	-	164	115
Reintegra	398	-	398	-
Antecipação de impostos	141	2.010	358	2.171
Outros	574	352	583	352
	-----	-----	-----	-----
	18.785	17.419	19.175	17.695
Circulante	(6.964)	(3.210)	(7.354)	(3.486)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	11.821	14.209	11.821	14.209
	=====	=====	=====	=====

(*) A parcela dos créditos de ICMS cuja expectativa de realização é superior a um ano é classificada no ativo não circulante.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial – PAES, em 31 de julho de 2003, visando à quitação de impostos e contribuições federais vencidas até 28 de fevereiro de 2003. O valor consolidado das dívidas incluídas no PAES está atualizado pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), sendo amortizado em parcelas mensais iguais.

A Companhia recebeu em 13 de fevereiro de 2012, auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A Companhia entregou contestação administrativa e, sem êxito, provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos também foram questionados o que resultou em êxito junto ao Conselho de Contribuintes. Em março de 2013, a Companhia incluiu o principal no programa de parcelamento junto ao Estado de Minas Gerais, para pagamento em 36 parcelas mensais.

A composição dos impostos parcelados é como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
PIS e COFINS	147	228
ICMS – Exportação	-	2.956
	-----	-----
Total	147	3.184
Circulante	(50)	(2.146)
	-----	-----
Não circulante	97	1.038
	=====	=====

15. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$4.955 e R\$448 respectivamente. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Processos fiscais:		
INSS	1.833	1.833
PIS e COFINS	3.261	3.261
Contribuição social	791	791
Imposto de renda	1.075	1.075
ICMS	9	9
IPTU	492	240
Trabalhistas	1.127	1.292
Cíveis e outras	137	137
	-----	-----
	8.725	8.638
	=====	=====
Depósitos judiciais	8.358	8.427
	=====	=====

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia.

PIS e COFINS--A Companhia é pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão de ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Contribuição social--Mandado de Segurança com o objetivo de garantir o direito de deduzir na base de cálculo da CSLL os encargos de depreciação e baixa de bens do ativo referente aos efeitos decorrentes da diferença existente entre a variação do IPC e a variação do BTNF, verificada no ano base 1990.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994.

ICMS--A Companhia é pólo ativo em ação anulatória de débito fiscal que trata de glosas de créditos do ICMS em fase de benefícios unilaterais do imposto (guerra fiscal), e cujo valor foi depositado judicialmente.

IPTU--A Companhia é polo ativo em ação judicial questionando aumentos no valor do IPTU a partir do ano calendário 2014.

Trabalhistas--A Companhia é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2014	Adições	Baixas	Saldos em 30.09.2015
Processos fiscais:				
INSS	1.833	-	-	1.833
PIS e COFINS	3.261	-	-	3.261
Contribuição social	791	-	-	791
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
ICMS	9	-	-	9
IPTU	240	252	-	492
Trabalhistas	1.292	423	(588)	1.127
Cíveis e outras	137	-	-	137
	-----	-----	-----	-----
	8.638	675	(588)	8.725
	=====	=====	=====	=====

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2015		31.12.2014		30.09.2015		31.12.2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS--								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	7.853	7.853	7.685	7.685	7.870	7.870	7.738	7.738
Duplicatas a receber	98.147	98.147	108.003	108.003	98.147	98.147	108.003	108.003
Outros créditos a receber	6.579	6.579	8.258	8.258	7.064	7.064	8.262	8.262
NÃO CIRCULANTE:								
Partes relacionadas	2.464	2.464	-	-	2.464	2.464	-	-
Outros créditos a receber	5.824	5.824	21.471	21.471	6.111	6.111	21.598	21.598
PASSIVOS--								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (*)	92.560	92.560	87.093	87.093	92.560	92.560	87.093	87.093
Fornecedores	28.862	28.862	17.488	17.488	28.955	28.955	17.556	17.556
Outras contas a pagar	2.544	2.544	2.898	2.898	2.544	2.544	2.898	2.898
NÃO CIRCULANTE:								
Exigível a longo prazo:								
Empréstimos e financiamentos (*)	20.563	20.563	38.280	38.280	20.563	20.563	38.280	38.280
Partes relacionadas	4.245	4.245	6.146	6.146	2.975	2.975	2.655	2.655

(*) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP e CDI), as quais acompanham as taxas de mercado.

A Companhia estima que os valores justos dos demais instrumentos financeiros aproximam-se aos valores contábeis por possuírem vencimento de curto prazo.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das

taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	30.09.2015	31.12.2014
Caixa e equivalentes de caixa	4.361	1.969
Duplicatas a receber	17.689	14.338
Fornecedores	(1.162)	(92)
Empréstimos e financiamentos	(23.927)	(22.052)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(3.039)	(5.837)
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(765)	(2.197)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 30 de setembro de 2015 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2015	Alta do Dólar	1.191	(124)	1.027	2.179
2016	Alta do Dólar	(1.956)	(489)	(2.553)	(4.618)
		-----	-----	-----	-----
		(765)	(613)	(1.526)	(2.439)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à TJLP e CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 10 e vencem substancialmente no curto prazo. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	30.09.2015			31.12.2014	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de Conta Garantida -- Juros: 118,7% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2016	20.000	-	-	20.000	20.000
Contrato de Conta Garantida -- Juros: 134,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: setembro/2015	14.608	-	-	14.608	14.512
Contrato de empréstimo -- Juros: 132,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2016	15.000	886	-	15.886	15.045

Descrição	30.09.2015			31.12.2014	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: abril/2016	5.000	370	(45)	5.325	7.593
Contrato de empréstimo -- Juros: 124,0% do CDI Contraparte: Banco ABC S.A. Vencimento: junho/2016	11.250	-	(133)	11.117	-
	65.858	1.256	(178)	66.936	57.150
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de setembro de 2015, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2015	Alta do CDI	56.536	2.516	3.205	3.862
2016	Alta do CDI	38.113	3.904	5.563	6.791
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito às suas aplicações financeiras e derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez-- A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de

dezembro de 2014. Em 30 de setembro de 2015, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Empréstimos e financiamentos	113.123	125.373
Caixa e equivalentes de caixa	(7.870)	(7.738)
	-----	-----
Total da dívida líquida	105.253	117.635
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	259.942	271.591
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	365.195	389.226
	=====	=====

17. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações por região geográfica:

	<u>30.09.2015</u>	<u>30.09.2014</u>
Vendas líquidas:		
Brasil	238.894	287.423
Outros países	30.673	20.455
	-----	-----
	269.567	307.878
	=====	=====

18. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2015</u>	<u>30.09.2014</u>
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(209.596)	(240.337)
Benefícios a empregados	(58.669)	(54.991)
INSS	(3.786)	(3.132)
Depreciação e amortização	(7.878)	(11.076)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	4.536	11.671
Outros custos e despesas	(377)	(443)
	-----	-----
	(275.770)	(298.308)
	=====	=====

Por função:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2015</u>	<u>30.09.2014</u>
Custo dos produtos vendidos	(232.019)	(252.602)
De vendas	(26.113)	(26.739)
Gerais e administrativas	(15.867)	(17.364)
Honorários da administração	(1.771)	(1.603)
	-----	-----
	(275.770)	(298.308)
	=====	=====

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	30.09.2015	30.09.2014
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	335.225	383.817
Deduções das vendas	(65.658)	(75.939)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	269.567	307.878
	=====	=====

20. LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	30.09.2015	30.09.2014
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(11.629)	2.792
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	(11.221)	2.693
Ações preferenciais	(408)	99
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	1.258.019	1.258.019
	-----	-----
	39.299.130	39.299.130
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	(0,2950)	0,0708
Ações preferenciais – R\$	(0,3245)	0,0779
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

* * * * *